

No. 34808

**Brazil
and
Chile**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the
Government of the Republic of Chile on cooperation in the field of tourism.
Santiago, 26 March 1993**

Entry into force: 28 May 1993 by notification, in accordance with article XI

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 29 July 1998

**Brésil
et
Chili**

**Accord de coopération touristique entre le Gouvernement de la République
fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Chili. Santiago, 26
mars 1993**

Entrée en vigueur : 28 mai 1993 par notification, conformément à l'article XI

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 29 juillet 1998

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO TURÍSTICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Chile
(doravante denominados "Partes"),

Considerando os estreitos laços de natureza histórica, cultural e espiritual que unem os dois países;

Convencidos da importância que o desenvolvimento das relações turísticas possa ter, não somente a favor das respectivas economias, mas também para estimular um profundo conhecimento entre ambos os povos;

Convencidos de que o turismo, por sua dinâmica sócio-cultural e econômica, é excelente instrumento para promover o desenvolvimento econômico, o entendimento, a boa vontade, bem como para estreitar as relações entre os povos;

Levando em conta que as necessidades turísticas entre ambos os países se transformam segundo a dinâmica das relações internacionais,

Resolvem celebrar um novo Acordo de Cooperação Turística, nos seguintes termos:

ARTIGO I

Ingresso de Turistas Nacionais de Ambos os Países no Território da Outra Parte

1. Os nacionais brasileiros e chilenos poderão ingressar nos territórios de ambos os países e sair desses sem necessidade de visto de saída ou de permissão especial.

2. Os turistas brasileiros e chilenos poderão permanecer nos territórios chileno e brasileiro pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação prévia às autoridades competentes.

ARTIGO II

Escrítorios Turísticos

1. Conforme a legislação interna de cada Parte, poderão ser estabelecidos escritórios oficiais de representação turística no território da outra Parte, encarregados de promover o intercâmbio turístico, sem poderes para exercer qualquer atividade de caráter comercial.
2. Ambas as Partes concederão as facilidades a seu alcance para a instalação e o funcionamento dos referidos escritórios.

ARTIGO III

Desenvolvimento da Indústria Turística e sua Infra-Estrutura

1. As Partes, conforme sua legislação interna, facilitarão e estimularão as atividades de prestadores de serviços turísticos, a saber: agências de viagem, agentes de comercialização e operadores turísticos, cadeias hoteleiras, linhas aéreas e companhias de navegação, principalmente, sem prejuízo de quaisquer outros que possam gerar turismo recíproco entre as Partes.
2. As Partes, por intermédio de seus organismos oficiais, farão intercâmbio de funcionários e técnicos da área de turismo a fim de obter conhecimento mais amplo da infra-estrutura turística de cada país e, assim, ter a possibilidade de definir claramente os campos em que seja benéfico o recebimento de assessoria e a transferência de tecnologia.

ARTIGO IV

Facilidades

Dentro dos limites estabelecidos por sua legislação nacional, as Partes conceder-se-ão, reciprocamente, todas as facilidades para intensificar e estimular o movimento turístico das pessoas e o intercâmbio de documentos e de material de propaganda turística.

ARTIGO V

Investimentos

Ambas as Partes promoverão e facilitarão, de acordo com suas possibilidades, os investimentos de capitais brasileiros, chilenos, ou conjuntos em seus respectivos setores turísticos.

ARTIGO VI

Programas Turísticos e Culturais

As Partes estimularão as atividades de promoção turística com a finalidade de incrementar o intercâmbio e dar a conhecer a imagem de seus respectivos países, participando de eventos turísticos, culturais, recreativos e esportivos, organização de seminários, exposições, congressos, conferências, feiras e festivais de caráter nacional e ou internacional.

ARTIGO VII

Pesquisa e Capacitação Turística

1. As Partes estimularão seus respectivos técnicos a realizar intercâmbio de informação técnica e documentação nos seguintes campos:

- a) sistemas e métodos para capacitar e atualizar professores ou instrutores sobre assuntos técnicos, com particular atenção no que se refere a procedimentos para a operação e a administração hoteleira;
- b) bolsas para professores, instrutores e estudantes;
- c) programas de estudo para capacitação de pessoal que proporcione serviços turísticos;
- d) programas de estudo para escolas de hotelaria, e
- e) perfis ocupacionais de empresas turísticas.

2. Cada Parte desenvolverá ações que facilitem a cooperação entre profissionais de ambos os países a fim de elevar o nível de seus técnicos em turismo e fomentar a pesquisa e o estudo de casos conjuntos em matérias de interesse comum.

3. Ademais, ambas as Partes estimularão seus respectivos estudantes e professores de turismo a beneficiarem-se de bolsas oferecidas por colégios, universidades e centros de treinamento da outra Parte.

ARTIGO VIII

Intercâmbio de Informações e de Estatísticas sobre Turismo

1. Ambas as Partes trocarão informações sobre:
 - a) seus recursos turísticos e os estudos relacionados com o turismo e com os projetos de desenvolvimento do turismo em seus territórios;
 - b) estudos e pesquisas relacionadas com a atividade turística e documentação técnica periódica, tais como revistas e outros, e
 - c) a legislação vigente para a regulamentação das atividades turísticas; para a proteção e conservação dos recursos naturais e culturais de interesse turístico; para a classificação de estabelecimentos hoteleiros e empresas turísticas e outros.
2. As Partes farão o possível para melhorar a confiabilidade e a compatibilidade de estatísticas sobre o turismo entre os dois países.
3. As Partes trocarão informação sobre o volume e as características do real potencial do mercado turístico de ambos os países, inclusive estudos de mercado de terceiros países de que cada Parte eventualmente disponha.
4. As Partes concordam que os parâmetros para colher e apresentar as estatísticas sobre turismo, domésticas e internacionais, estabelecidos pela Organização Mundial do Turismo, serão requisitos para tais fins.

ARTIGO IX

Organização Mundial do Turismo

1. As Partes trabalharão dentro da Organização Mundial do Turismo para desenvolver e fomentar a adoção de modelos uniformes e de práticas recomendadas que, caso aplicáveis pelos Governos, facilitarão o turismo.
2. As Partes concordam em propiciar assistência recíproca em questões de cooperação e efetiva participação na Organização Mundial do Turismo e seus órgãos, procurando adotar posturas comuns em matéria de interesse mútuo.

ARTIGO X

Consultas

1. Para a continuidade do desenvolvimento do presente Acordo, da promoção e da avaliação dos resultados do mesmo, as Partes estabelecerão um Grupo de Trabalho integrado por número igual de representantes de ambas as Partes, ao qual poderão ser convidados membros do setor turístico privado e cuja finalidade será a de cooperar para o alcance dos objetivos deste Acordo.

2. O Grupo de Trabalho reunir-se-á alternadamente no Brasil e no Chile, com a finalidade de avaliar as atividades realizadas ao amparo do presente Acordo.

ARTIGO XI

Vigência

1. Cada uma das Partes notificará à outra o cumprimento dos procedimentos requeridos pelas respectivas legislações para a entrada em vigor do presente Acordo, o que ocorrerá na data da última notificação.

2. Este Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos e será automaticamente renovado por períodos de igual duração, salvo quando qualquer das Partes manifeste seu desejo de terminá-lo mediante notificação, por via diplomática, com 3 (três) meses de antecedência.

3. O término do presente Acordo não afetará a realização dos programas e projetos que tenham sido formulados durante sua vigência, a menos que as Partes estipulem o contrário.

4. A partir da sua entrada em vigor, este Acordo porá fim à vigência do Convênio de Cooperação Turística, firmado em Santiago, em 10 de outubro de 1980, entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile.

Feito em Santiago do Chile, aos 26 dias do mês de março de 1991, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo todos textos igualmente autênticos.

(Assinatura)
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL,
Fernando Henrique Cardoso

(Assinatura)
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO CHILE
Enrique Silva Cimma

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE COOPERACION TURISTICA
ENTRE
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE CHILE**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Chile, en adelante denominados "Las Partes".

Considerando los estrechos lazos de naturaleza histórica, cultural y espiritual que unen a los dos países;

Convencidos de la importancia que el desarrollo de las relaciones turísticas pueda tener, no solamente en favor de las respectivas economías, sino también para fomentar un profundo conocimiento entre ambos pueblos;

Convencidos de que el turismo en razón de su dinámica socio-cultural y económica es un excelente instrumento para promover el desarrollo económico, el entendimiento, la buena voluntad y estrechar las relaciones entre los pueblos;

Teniendo en cuenta que las necesidades turísticas entre ambos países se transforman de acuerdo con la dinámica de las relaciones internacionales, resuelven celebrar un nuevo Acuerdo de cooperación turística:

ARTICULO I

INGRESO DE TURISTAS NACIONALES DE AMBOS PAISES AL TERRITORIO DE LA OTRA PARTE

1. Las personas de nacionalidades chilena y brasileña podrán ingresar a los territorios de ambos países, y salir de ellos sin necesidad de vistos de salida ni de permisos especiales.

2. Los turistas chilenos y brasileños podrán permanecer en los territorios chileno y brasileño por el plazo de 90 días, prorrogables por igual período mediante previa solicitud a las autoridades competentes.

ARTICULO II

OFICINAS TURISTICAS

De conformidad con la legislación interna de cada Parte, se podrán establecer y operar oficinas oficiales de representación turística en el territorio de la otra Parte, encargadas de promover el intercambio turístico, sin facultades para ejercer ninguna actividad de carácter comercial.

Ambas Partes otorgarán las facilidades a su alcance para la instalación y funcionamiento de dichas oficinas.

ARTICULO III

DESARROLLO DE LA INDUSTRIA TURISTICA E INFRAESTRUCTURA

1. Las Partes, de conformidad con su legislación interna, facilitarán y alentarán las actividades de prestadores de servicios turísticos, como lo son: agencias de viajes, comercializadores y operadores turísticos, cadenas hoteleras, aerolíneas y compañías navieras, principalmente, sin perjuicio de cualquier otro que pueda generar turismo reciproco entre las Partes.

2. Las Partes, a través de sus organismos oficiales, intercambiarán funcionarios y expertos en turismo, a fin de obtener una mayor comprensión de la infraestructura turística de cada país y estar en posibilidad de definir claramente los campos en que sea benéfico recibir asesoría y transferencia de tecnología.

ARTICULO IV

FACILITACION

Dentro de los límites establecidos por su legislación nacional, las Partes se concederán reciprocamente todas las facilidades para intensificar y estimular el movimiento turístico de las personas y el intercambio de documentos y de material de propaganda turística.

ARTICULO V

INVERSIONES

Ambas Partes promoverán y facilitarán, de acuerdo con sus posibilidades, las inversiones de capitales chilenos, brasileños e conjuntos en sus respectivos sectores turísticos.

ARTICULO VI

PROGRAMAS TURISTICOS Y CULTURALES

Las Partes alentarán las actividades de promoción turística con el fin de incrementar el intercambio y dar a conocer la imagen de sus respectivos países, participando en manifestaciones turísticas, culturales, recreativas y deportivas, organización de seminarios, exposiciones, congresos, conferencias, ferias y festivales de trascendencia nacional y/o internacional.

ARTICULO VII

INVESTIGACION Y CAPACITACION TURISTICA

1. Las Partes alentarán a sus respectivos expertos para intercambiar información técnica y documentación en los siguientes campos:

- a) sistemas y métodos para capacitar y actualizar maestros e instructores sobre asuntos técnicos particularmente con atención a procedimientos, para operación y administración hotelera;
- b) becas para maestros, instructores y estudiantes;
- c) programas de estudio para capacitación de personal que proporcione servicios turísticos;
- d) programas de estudio para escuelas de hotelería, y
- e) perfiles ocupacionales de empresas turísticas.

2. Cada Parte desarrollará acciones que faciliten la cooperación entre profesionales de ambos países a fin de elevar el nivel de sus técnicos en turismo y fomentar la investigación y el estudio de casos conjuntos en materia de interés común.

Asimismo, ambas Partes alentaran a sus respectivos estudiantes y profesores de turismo para beneficiarse de las becas ofrecidas por colegios, universidades y centros de capacitación del otro.

ARTICULO VIII

INTERCAMBIO DE INFORMACION Y ESTADISTICAS SOBRE TURISMO

1. Ambas Partes intercambiarán información sobre:

- a) sus recursos turísticos y los estudios relacionados con el turismo y con los planes de desarrollo del turismo en sus territorios;
- b) estudios e investigaciones relacionados con la actividad turística y documentación técnica periódica, tales como revistas y otros, y
- c) la legislación vigente para la reglamentación de las actividades turísticas, para la protección y conservación de los recursos naturales y culturales de interés turístico, para la clasificación de establecimientos hoteleros y empresas turísticas y otros.

2. Las Partes harán lo posible por mejorar la confiabilidad y compatibilidad de estadísticas sobre turismo entre los dos países.

3. Las Partes intercambiarán información sobre el volumen y características del potencial real del mercado turístico de ambos países, incluyendo estudios de mercados de terceros países que cada Parte pueda poseer.

4. Las Partes convienen en que los parámetros para recabar y presentar las estadísticas turísticas, domésticas e internacionales establecidas por la Organización Mundial del Turismo, serán requisitos para dichos fines.

ARTICULO IX

ORGANIZACION MUNDIAL DEL TURISMO

1. Las Partes trabajarán dentro de la Organización Mundial del Turismo para desarrollar y fomentar la adopción de modelos uniformes y prácticas recomendadas que, de ser aplicables por los Gobiernos, facilitarán el turismo.

2. Las Partes acuerdan brindarse asistencia recíproca en cuestiones de cooperación y efectiva participación en la Organización Mundial del Turismo y sus órganos, buscando adoptar posturas comunes en materias de mutuo interés.

ARTICULO X

CONSULTAS

1. Para la continuidad del desarrollo del presente Acuerdo, de la promoción y de la evaluación de los resultados del mismo, las Partes establecerán un Grupo de Trabajo integrado por un número igual de representantes de ambas Partes, al cual podrán ser invitados miembros del sector turístico privado y cuya finalidad será la de cooperar para el alcance de los objetivos de este Acuerdo.

2. El Grupo de Trabajo se reunirá alternadamente en Chile y Brasil, con la finalidad de evaluar las actividades realizadas al amparo del presente Acuerdo.

ARTICULO XI

VIGENCIA

1. Cada una de las Partes notificará a la otra del cumplimiento de los procedimientos requeridos por las respectivas legislaciones para la entrada en vigor del presente Acuerdo, lo que ocurrirá en la fecha de la última notificación.

2. Este Acuerdo tendrá una vigencia de 5 (cinco) años y se renovará automáticamente por períodos de igual duración, salvo cuando una de las Partes manifieste su deseo de ponerlo término mediante notificación, por vía diplomática, con 3 (tres) meses de anticipación.

3. El término del presente Acuerdo no afectará la realización de los programas y proyectos que hayan sido formulados durante su vigencia, a menos que las Partes acuerden lo contrario.

4. Este Acuerdo, a partir de su entrada en vigor, pondrá fin a la vigencia del Convenio de Cooperación Turística, suscrito en Santiago, el 10 de octubre de 1980, entre la República de Chile y la República Federativa del Brasil.

ARCHIVO en la ciudad de Santiago, Chile, a los veintiseis días del mes de marzo del año mil novecientos noventa y tres, en dos ejemplares originales en idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

11. 1. 1945

**POR EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL**

W. H. Lees)
COPYRIGHT BY LA

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DE CHILE

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CHILE ON COOPERATION IN THE FIELD OF TOURISM

The Government of the Federative Republic of Brazil and The Government of the Republic of Chile (hereinafter referred to as "the Parties"),

Bearing in mind the close historical, cultural and spiritual ties which unite the two countries;

Convinced of the importance of developing relations in the field of tourism, not only for their respective economies but also for the promotion of a profound understanding between the two peoples;

Convinced that, because of its social, cultural and economic repercussions, tourism is an excellent instrument for promoting economic development, understanding and good will, and also for developing closer ties between peoples;

Aware that tourism requirements between the two countries are changing in accordance with the dynamics of international relations,

Have agreed to conclude a new Agreement on cooperation in the field of tourism, as follows: Article I. Entry of Tourists who are Nationals of Either Country into the Territory of the Other Party

1. Brazilian and Chilean nationals may enter into and depart from the territory of both countries without requiring an exit visa or special permission.

2. Brazilian and Chilean tourists may remain in Chilean or Brazilian territory for a period of 90 (ninety) days, which may be extended for the same period if a request is submitted in advance to the competent authorities.

Article II. Tourist Offices

1. In accordance with the domestic legislation of each Party, official tourist representation offices may be established and operated in the territory of the other Party for the purpose of promoting tourism exchanges, but shall not be authorized to engage in any activity of a commercial nature.

2. The two Parties shall provide all possible facilities for the installation and operation of the said offices.

Article III. Development of the Tourist Industry and its Infrastructure

1. In accordance with their domestic legislation, the Parties shall facilitate and encourage the activities of tourist services providers, such as: travel agencies, tour operators and marketing agencies, hotel chains, airlines and shipping companies, principally but without excluding any other providers that may generate reciprocal tourism between the Parties.

2. The Parties, through their official bodies, shall exchange tourism officials and technical personnel in order to obtain a broader understanding of the tourist infrastructure of each country and be able to define clearly the areas in which it would be beneficial to receive advice and transfer technology.

Article IV. Facilities

Within the limits established by their national legislation, the Parties shall provide each other with all facilities to increase and encourage the movement of persons for purposes of tourism and the exchange of tourist advertising material and documents.

Article V. Investments

The two Parties shall encourage and facilitate, insofar as possible, investments of Brazilian, Chilean or joint capital in their respective tourism sectors.

Article VI. Tourist and Cultural Programmes

The Parties shall encourage activities to promote tourism in order to increase exchanges and disseminate the image of their respective countries, by taking part in tourist, cultural, recreational and sporting events and the organization of seminars, exhibitions, congresses, lectures, fairs and festivals of national and/or international scope.

Article VII. Tourism research and training

1. The Parties shall encourage their respective technical personnel to exchange technical information and documentation in the following areas:

(a) Systems and methods to train and update teachers or instructors in technical matters, with special attention to procedures for hotel operation and administration;

(b) Grants for teachers, instructors and students;

(c) Study programmes for training personnel who provide tourist services;

(d) Study programmes for hotel schools, and

(e) Job profiles of tourism companies.

2. Each Party shall engage in activities to facilitate cooperation between professionals from the two countries in order to upgrade their tourism technical personnel and promote the research and study of joint cases, in matters of mutual interest.

3. Furthermore, the two Parties shall encourage their respective tourism students and teachers to benefit from the grants offered by colleges, universities and training centres of the other Party. Article VIII. Exchange of Tourism Information and Statistics

1. The two Parties shall exchange information on:

(a) Their tourist resources, and studies related to tourism and tourism development projects in their territories;

(b) Studies and research related to tourist activities and periodic technical documentation, such as journals and other publications, and

(c) The legislation in force governing tourist activities, protection and conservation of cultural and natural resources of interest to tourism, classification of hotel establishments and tourism companies, and other matters.

2. The Parties shall do everything possible to improve the reliability and compatibility of statistics on tourism between the two countries.

3. The Parties shall exchange information on the volume and characteristics of the real potential of the tourist market of the two countries, including market studies of third countries available to either Party.

4. The Parties agree that, to this end, the format for collecting and presenting statistics on national and international tourism established by the World Tourism Organization shall be used.

Article IX. World Tourism Organization

1. The Parties shall work within the World Tourism Organization to develop and promote the adoption of uniform models and recommended practices which, when applicable by the Governments, will facilitate tourism.

2. The Parties agree to provide reciprocal assistance on questions of cooperation and effective participation in the World Tourism Organization and its organs, and shall endeavour to adopt common positions on matters of mutual interest.

Article X. Consultations

1. In order to ensure the continuity of this Agreement and the promotion and evaluation of its results, the Parties shall establish a Working Group composed of an equal number of representatives of each Party, to which members of the private tourism sector may be invited; its purpose shall be to cooperate in achieving the objectives of this Agreement.

2. The Working Group shall meet alternately in Brazil and in Chile, in order to evaluate the activities carried out under this Agreement.

Article XI. Duration

1. Each of the Parties shall notify the other of the fulfilment of the procedures required by its respective legislation for the entry into force of this Agreement, which shall take place on the date of the last notification.

2. This Agreement shall remain in force for 5 (five) years and shall be automatically extended for equal periods, unless either of the Parties expresses a wish to terminate it by notification, through the diplomatic channel, with 3 (three) months' notice.

3. The termination of this Agreement shall not affect the execution of programmes and projects formulated while it was in force, unless the Parties agree otherwise.

4. Once it has entered into force, this Agreement shall terminate the validity of the Agreement on Cooperation in the field of Tourism signed between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Chile in Santiago, on 10 October 1980.

Done at Santiago, Chile, on 26 March 1993, in two originals, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

For the Government of the Republic of Chile:

ENRIQUE SILVA CIMMA

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION TOURISTIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CHILI

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Chili, ci-après dénommés les "Parties",

Considérant les liens étroits de nature historique, culturelle et spirituelle qui unissent les deux pays,

Convaincus de l'importance que le développement des relations touristiques peut avoir non seulement pour leurs économies respectives mais également pour l'approfondissement de la compréhension mutuelle entre les deux peuples,

Convaincus que le tourisme est, en raison de sa dynamique socioculturelle et économique, un excellent instrument pour promouvoir le développement économique, la compréhension, la bonne volonté et pour renforcer les relations entre les peuples,

Conscients que les nécessités touristiques dans les deux pays évoluent en fonction de la dynamique des relations internationales,

Ont décidé de conclure un nouvel Accord de coopération touristique.

Article premier.

Entrée de touristes qui sont ressortissants

des deux pays sur le territoire de l'autre Partie

1. Les personnes de nationalités chilienne et brésilienne pourront entrer sur le territoire des deux pays et en sortir sans avoir besoin de visa de sortie ni de permis spéciaux.

2. Les touristes chiliens et brésiliens pourront demeurer sur les territoires chilien et brésilien pendant une durée de 90 jours qui est prorogeable d'une durée égale moyennant une demande préalable auprès des autorités compétentes.

Article II. Bureaux de tourisme

1. Conformément à la législation interne de chaque Partie, pourront être établis et fonctionner des bureaux officiels de représentation touristique sur le territoire de l'autre Partie, qui sont chargés de promouvoir les échanges touristiques, sans toutefois pouvoir exercer des activités de caractère commercial.

2. Les deux Parties accorderont les facilités voulues pour l'installation et le fonctionnement desdits bureaux.

Article III.

Développement de l'industrie

touristique et des infrastructures

1. Conformément à leur législation interne, les Parties faciliteront et favoriseront les activités des fournisseurs de services touristiques tels que les agences de voyage, les opérateurs touristiques, les chaînes hôtelières, les compagnies aériennes et maritimes principalement, sans préjudice de tout autre fournisseur qui pourrait générer des activités de tourisme réciproque entre les Parties.

2. Les Parties échangeront, par l'intermédiaire de leurs organismes officiels, des fonctionnaires et des experts en tourisme afin d'obtenir une meilleure compréhension de l'infrastructure touristique de chaque pays et d'être en mesure de définir clairement les domaines qui bénéficieraient de l'envoi de conseillers et de transfert de techniques.

Article IV. Facilitation

Dans les limites établies par leur législation interne, les Parties s'accorderont réciproquement toutes les facilités voulues pour intensifier et stimuler les échanges touristiques des personnes et l'échange de documents et de matériels de publicité touristique.

Article V. Investissements

Les deux Parties favoriseront et faciliteront, compte tenu de leurs possibilités, les investissements de capitaux chiliens, brésiliens ou communs dans leurs secteurs touristiques respectifs.

Article VI.

Programmes touristiques et culturels

Les Parties encourageront les activités de promotion touristique afin d'augmenter les échanges et de faire connaître l'image de leurs pays respectifs en participant aux manifestations touristiques, culturelles, créatives et sportives, à l'organisation de séminaires, d'expositions, de colloques, de conférences, de foires et de festivals de caractère national ou international.

Article VII. Recherche et formation touristique

1. Les Parties encourageront leurs experts à échanger des informations techniques et de la documentation dans les domaines suivants :

- a) Les systèmes et méthodes visant à former les enseignants ou instructeurs aux questions techniques, une attention particulière étant portée aux procédures pour l'exploitation et la gestion hôtelières;
- b) Les bourses pour les enseignants, instructeurs et étudiants;
- c) Les programmes d'études pour la formation du personnel qui fournit des services touristiques;

- d) Les programmes d'études pour les écoles hôtelières; et
- e) Les caractéristiques des entreprises touristiques.

2. Chaque Partie prendra les mesures qui faciliteront la coopération entre les professionnels des deux pays afin de relever le niveau de leurs techniques en matière de tourisme et favoriser la recherche et l'étude de cas communs dans des questions d'intérêt mutuel.

3. Par ailleurs, les deux Parties encourageront leurs étudiants et professeurs de tourisme à mettre à profit les bourses offertes par les collèges, universités et centres de formation de l'autre pays.

Article VIII.

Échange d'informations et de statistiques

sur le tourisme

1. Les Parties échangeront des informations sur :

a) Leurs ressources touristiques et les études sur le tourisme et sur les plans de développement du tourisme sur leurs territoires;

b) Les études et recherches concernant l'activité touristique et la documentation technique périodique telles que les revues et autres, et

c) La législation en vigueur qui réglemente les activités touristiques, qui assure la protection et la conservation des ressources naturelles et culturelles présentant un intérêt touristique, qui classe les établissements hôteliers et les entreprises touristiques et autres.

2. Les Parties feront leur possible pour améliorer la fiabilité et la compatibilité des statistiques sur le tourisme des deux pays.

3. Les Parties échangeront des informations sur le volume et les caractéristiques du potentiel effectif du marché touristique des deux pays, y compris les études de marché de pays tiers que chaque Partie pourrait avoir.

4. Les Parties conviennent que les paramètres permettant de recueillir et de présenter les statistiques touristiques, nationales et internationales, établis par l'Organisation mondiale du tourisme seront requis auxdites fins.

Article IX.

Organisation mondiale du tourisme

1. Les Parties coopéreront au sein de l'Organisation mondiale du tourisme pour développer et favoriser l'adoption de modèles uniformes et pratiques recommandés qui lorsqu'ils sont appliqués par les gouvernements, favorisent le tourisme.

2. Les Parties conviennent de se porter mutuellement assistance dans les questions de coopération et de participation effective à l'Organisation mondiale du tourisme et à ses organes en s'efforçant d'adopter des positions communes dans des questions d'intérêt commun.

Article X. Consultations

1. Pour assurer la continuité du présent Accord, la promotion et l'évaluation des résultats de ce dernier, les Parties mettront en place un Groupe de travail comprenant un nombre égal de représentants des deux Parties, auquel pourront être invités des membres du secteur touristique privé et qui aura pour but de coopérer à la réalisation des objectifs du présent Accord.

2. Le Groupe de travail se réunira alternativement au Chili et au Brésil afin d'évaluer les activités menées dans le cadre du présent Accord.

Article XI. Entrée en vigueur

1. Chaque Partie informera l'autre de l'accomplissement des procédures requises par sa législation pour l'entrée en vigueur du présent Accord qui prendra effet à la date de la dernière notification.

2. Le présent Accord demeurera en vigueur pendant cinq (5) ans et sera prorogé automatiquement pour des périodes de durée égale, sauf si l'une des Parties exprime son désir d'y mettre fin moyennant notification par la voie diplomatique avec trois (3) mois de préavis.

3. La dénonciation du présent Accord n'affectera pas la réalisation des programmes et projets qui ont été formulés pendant qu'il était en vigueur, à moins que les Parties n'en conviennent autrement.

4. Le présent Accord mettra fin, dès son entrée en vigueur, à la Convention de coopération touristique signée à Santiago le 10 octobre 1980 entre la République du Chili et la République fédérative du Brésil.

Fait à Santiago, au Chili, le 26 mars 1993 en deux exemplaires originaux en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pour le Gouvernement de la République du Chili :

ENRIQUE SILVA CIMMA

